

A IGREJA E O MINISTÉRIO
Em direcção a uma igreja com futuro

Por
André Lascaris, Jan Nieuwenhuis,
Harrie Salemans e Ad Willems

Comissão designada pelo Capítulo Provincial Holandês dos
Dominicanos

2007

Tradução da versão inglesa de Pedro J Freitas
Revisão de Ana Vicente

A tradução e edição deste texto é uma iniciativa do
Movimento Internacional
Nós Somos Igreja — Portugal,
a/c Centro de Reflexão Cristã,
Rua Castilho, 61-2º D
1250-068 Lisboa

<http://www.we-are-church.org/pt>

Introdução

Durante a reunião do Capítulo Provincial dos Dominicanos holandeses, em Junho de 2005, discutiu-se uma moção proposta por alguns grupos de Dominicanos na Holanda, cujo texto era o seguinte:

"Assim, pedimos ao Capítulo para instituir uma comissão ou um grupo de especialistas, o mais rapidamente possível, com a tarefa de estudar os aspectos teológicos da seguinte questão: a celebração da Eucaristia depende do ministério dos homens ordenados, ou é possível que a comunidade eclesial, ou os pastores por esta nomeados, celebrem a Eucaristia eles próprios. Este estudo deve resultar num documento que indique uma direcção, e que os dominicanos holandeses oferecem à Igreja holandesa (Act. 6.8; de ET enviada para o Superior O.P.)."

No Capítulo, esta Moção foi de tal maneira apoiada que o debate resultou numa resolução formulada do seguinte modo, nas Actas do Capítulo, sob o título "As paróquias à luz de uma nova visão da Igreja":

"Um centro de fé e espiritualidade pode ser uma nova forma de Igreja. Também num centro assim surgirá o desejo de celebrar a Eucaristia. Este desejo existe já nas paróquias que não celebram a Eucaristia por não terem um pastor ordenado. Assim, instruímos a administração a constituir uma comissão, ou um grupo de trabalho de peritos, o mais depressa possível, com a tarefa de estudar os aspectos teológicos da seguinte questão: a celebração da Eucaristia depende do ministério de homens ordenados, ou é possível que a comunidade eclesial, ou os líderes por esta nomeados, celebrem a Eucaristia eles próprios. Este estudo deve resultar num documento que indique uma direcção, que os dominicanos holandeses oferecem à Igreja holandesa, nomeadamente às paróquias e centros de fé e espiritualidade, com o objectivo principal de criar um diálogo aberto em que todas as partes interessadas possam participar. A comissão deve também pensar numa estratégia para facilitar este diálogo aberto. (ib.)"

Esta comissão começou o seu trabalho visitando várias paróquias, para conseguir compreender como é que as pessoas reflectiam sobre as questões mencionadas, com que realidades elas se confrontavam na sua vida paroquial, e como vêem elas possíveis desenvolvimentos futuros. A comissão não encontrou em nenhuma paróquia um consenso absoluto entre os seus membros. As pessoas exprimiram questões e dúvidas, e apresentaram-se inseguras sobre como proceder em relação aos pontos mencionados.

No entanto, parecia haver concordância num certo conjunto de questões, especialmente no que diz respeito à relação existente com as políticas concretas de liderança na Igreja, dentro das várias dioceses holandesas, que era geralmente vista como laboriosa. Muitos dos fiéis sentem-se francamente desconfortáveis, como consequência da situação presente, que é habitualmente vivenciada como dolorosa e desencorajante. Aparentemente, existe um desejo de clarificar os vários assuntos em questão. Este relatório é uma tentativa de clarificação. O texto é produto do trabalho da comissão instituída pela administração da Província Dominicana de entre os seus membros, formada por: André Lascaris, Jan Nieuwenhuis, Harrie Salemans e Ad Willems.

Usando linguagem simples e compreensível, eles tentaram trazer alguma luz aos vários aspectos deste assunto: a imagem da Igreja, os sacramentos, e especialmente a Eucaristia, o ministério daqueles que presidem às celebrações litúrgicas.

Este relatório foi aceite pela administração da Província holandesa dos Dominicanos, e está a ser distribuído por eles. Não tem intenção de ser uma directiva, ou uma posição doutrinal, mas uma contribuição para novos debates a um nível mais profundo. Pretende ajudar a encontrar uma saída do presente impasse e iniciar, se possível, uma consulta que poderá melhorar a experiência de fé de muitos.

11/Jan/2007, Provincial e Conselho da Província Holandesa dos Dominicanos.

1. A situação

Qualquer pessoa que queira ter uma visão panorâmica da presente situação da "igreja e ministério", encontrará visões e práticas muito divergentes entre aqueles que têm a seu cargo a organização e a supervisão das assembleias eclesiais, dentro e fora das paróquias. Acima de tudo, parece claro haver uma diferença fundamental entre a visão e a prática, por um lado, daqueles que foram investidos com autoridade oficial, e por outro, a prática quotidiana daqueles que são responsáveis, todas as semanas, pelas celebrações na sua comunidade eclesial.

Os parágrafos seguintes apresentam uma descrição, talvez muito esboçada, do presente estado das coisas em relação a estes assuntos, e dos factos com que se é confrontado, no exercício diário dos deveres.

A situação presente

A autoridade eclesial oficial segue uma política estrita e inequívoca, especialmente em relação aos presidentes de celebrações da Eucaristia — às vezes também em relação à administração de outros sacramentos —, que é a seguinte: apenas padres ordenados podem presidir à Eucaristia, administrar a Unção dos Enfermos, e pregar. Na ausência de um padre ordenado, está fora de questão celebrar a Eucaristia.

Há algum tempo, esta posição foi formulada no jornal diário "Trouw", de 25 de Março de 2006, da seguinte forma:

"De acordo com a doutrina da Igreja, as denominadas "Celebrações da Palavra e da Comunhão" são apenas um mero sucedâneo: apesar de se estar na Igreja, a Eucaristia passa ao lado. Alguém que trabalhe simplesmente na pastoral não pode, evidentemente, 'transformar' pão e vinho no corpo e sangue de Cristo. Ele ou ela pode apenas distribuir hóstias, anteriormente consagradas por um padre".

Pouco depois, o bispo de 's-Hertogenbosch, A. Hurkmans, que tem a seu cargo a Liturgia, no seio da Conferência Episcopal, escreveu no mesmo jornal:

"As Celebrações da Palavra e da Comunhão podem ter muito valor em regiões onde a celebração da Eucaristia é verdadeiramente impossível. Mas quando estas celebrações se tornam parte fixa do programa litúrgico, como alternativa de igual valor à Eucaristia, não estamos a reconhecer o significado único da Eucaristia na vida da Igreja. Como resultado, estamos a construir uma igreja futura em bases demasiado instáveis." (6/Abr/2006)

Esta posição não parece ser partilhada por uma parte — provavelmente uma grande parte — daqueles que trabalham no terreno. Muitas paróquias e grupos de fiéis são confrontados com o simples facto de, agora ou num futuro próximo, não haver um padre ordenado disponível, e não haver mais remédio para esta situação. As autoridades eclesiásticas tentam enfrentar esta crescente falta de padres importando padres de fora, ou através de uma política de

regionalização: juntando paróquias numa região, em que um padre tem de servir mais do que uma paróquia. Muitas comunidades eclesiais estão, no mínimo, descontentes com esta situação, e tentam, em vários lugares, escapar a esta política.

Uma objecção fundamental destas comunidades a esta política é que, deste modo, a autoridade oficial da Igreja opta por uma protecção do sacerdócio na sua forma presente, sobre e contra o direito das comunidades eclesiais à Eucaristia. Na visão oficial, o uso das orações litúrgicas aprovadas, e especialmente o pronunciar das palavras da consagração não só é mais importante do que a comunidade de fé, como também é visto e usado como poder exclusivo, reservado aos padres ordenados.

Muitas paróquias e comunidades eclesiais põem esta estrutura em questão, não apenas como questão de necessidade actual, mas porque a visão do significado e da administração da Eucaristia mudaram desde o Concílio Vaticano II. Em geral, a posição oficial sobre a administração da Eucaristia e dos outros sacramentos encontra-se em crise. Este relatório pretende em primeiro lugar analisar e identificar a natureza desta crise, e, nos capítulos seguintes, identificar nas escrituras e na tradição uma base para uma possível solução.

Obstáculos na situação presente

Para ultrapassar o dilema que acabámos de descrever, muitas paróquias e comunidades de fé usam uma distinção — também na sua apresentação — entre o que se chama uma "Celebração da Eucaristia" e uma "Celebração da Palavra e da Comunhão". Na celebração eucarística, preside um padre ordenado; na outra celebração, preside alguém que não é padre. Esta pessoa não pronuncia as palavras da consagração, mas distribui hóstias previamente consagradas. A diferença entre estas duas formas de liturgia é geralmente anunciada previamente, para que os participantes saibam e possam decidir se querem ou não participar na celebração.

Porque seguem as paróquias este caminho? É a única saída. A necessidade força-as a escolher esta solução, que no seu coração prefeririam abandonar. Elas vivenciam ambas as formas como celebrações genuínas e válidas. Assim, a maior parte das pessoas que vem à igreja mal tem consciência da diferença entre elas. Uma parte substancial das pessoas que vêm à igreja consideram uma Celebração da Palavra e da Comunhão como tendo igual valor a uma celebração Eucarística.

Em parte por causa da diferença entre "Celebração Eucarística" e "Celebração da Palavra e da Comunhão" ser, em muitos casos, irrelevante para a experiência dos fiéis, mas sobretudo porque têm objecções de princípio contra tal distinção — que serão analisadas mais adiante — certas comunidades de fiéis já não fazem esta distinção. Por vezes, fala-se de "Celebração de Agape", ou "Celebração memorial", ou somente "Celebração do fim-de-semana", ou "Celebração semanal", deixando em aberto a questão de haver ou não um ministro ordenado a presidir. Outros grupos usam a expressão "Celebração de emergência", quando um padre ordenado não pode presidir. Nesta questão, a atitude predominante é tentar o equilíbrio, caminhando ao longo da margem daquilo que é formalmente permitido pelas autoridades eclesiásticas, às vezes atravessando ou obscurecendo as fronteiras, principalmente para evitar

problemas. Nos seus corações, e na sua experiência de fé, as paróquias prefeririam não ter de ser obrigadas a fazer esta distinção.

Elas concordam em que sejam feitas exigências rigorosas às pessoas leigas que forem convidadas a presidir às celebrações. Na maioria dos casos, essas pessoas têm que frequentar cursos específicos para estarem preparadas para desempenhar as suas funções. Em certos casos, pede-se igualmente um período probatório, durante o qual se deve tornar claro se as pessoas convidadas são ou não capazes de desempenhar a sua função. Em caso algum se pensa ser possível nomear alguém para estas tarefas sem um processo prévio de selecção. Mas é convicção comum que a selecção daqueles que desempenharão este ministério é da responsabilidade da comunidade ou da paróquia — por outras palavras, a decisão deve ser tomada "a partir de baixo", e, se possível, de acordo com procedimentos previamente acordados. É uma convicção profunda e partilhada de fé que a função de presidir às celebrações comunitárias não deve ser apenas apoiada e confirmada pela comunidade, mas que em princípio esta comunidade deve fornecer os fundamentos e a legitimação desta função. Na maioria dos casos, estas paróquias e comunidades de fé têm como dado adquirido que a função de presidir às celebrações comunitárias tem a sua origem "a partir de baixo", e que o ministro deve ser nomeado pela própria comunidade. Quando tal presidente é nomeado, não há qualquer condição prévia acerca de este ser homem ou mulher. A visão predominante é que as mulheres podem igualmente ocupar este lugar.

Em qualquer caso, os fiéis sentem a situação presente como demasiado restritiva. A diocese opta expressamente por paróquias clericais. As próprias paróquias prefeririam, se tivessem essa hipótese, ter em funções tanto padres "ordenados" como pessoas leigas, homens e mulheres, com "vocação" para esta tarefa. As paróquias tentam manter uma política de transparência a este respeito, em face à diocese, mas às vezes têm de escolher não manter toda a sua situação à vista. Sente-se que a situação actual é bloqueada pela autoridade superior: as paróquias não podem fazer tudo aquilo que elas sentem que deveriam fazer, inspiradas por cuidados pastorais.

Em certas paróquias existem "planos de emergência", em vários estados de elaboração, para uma situação em que se tem de decidir o que fazer se uma autoridade superior intervém e proíbe certos desenvolvimentos. Nem sempre elas estão preparadas para aceitar todos os padres nomeados por esta autoridade como celebrantes. Há também grupos que não desejam entregar a chave da sua igreja a alguém nomeado pela diocese. E há ainda outros que não entram, ou não se atrevem a entrar num confronto com a diocese. Mas em qualquer caso, estas paróquias desejam continuar dentro do todo da Igreja Católica. Nalguns casos, o contacto com a diocese é sentido como um "caminhar sobre ovos": por um lado, nem todos os problemas merecem que se entre em conflito por causa deles; por outro, existe o sentimento, e às vezes a experiência, de ir de encontro a uma parede, e de não se ser capaz de fazer aquilo que se está convencido que deve ser feito.

É queixa comum que a "autoridade superior" tenta manter a igreja unida reforçando estruturas tradicionais. Aquilo que uma paróquia vive como um "sonho", acaba sendo frequentemente rejeitado por objecções práticas ou doutrinárias. Alguns dizem, "Aconteça o que acontecer, nós

continuamos". Mas muitas vezes, pensa-se que o sonho nunca se tornará realidade. A relação entre a "autoridade superior" e a base dos fiéis é extremamente vulnerável e trabalhosa. As partes têm pouca ou nenhuma confiança uma na outra.

Ambiguidades da situação presente

Já foi mencionado que um número crescente de paróquias e comunidades de fiéis estão a encontrar soluções autonomamente. Uma delas é manter a distinção entre "Celebração Eucarística" e "Celebração da Palavra e da Comunhão" (ou uma expressão equivalente). Mas na prática, o que se passa é que, se necessário, tal distinção tende a ser ignorada. Por exemplo, pode não haver suficientes hóstias consagradas para uma celebração de comunhão, e nesse caso, tentam encontrar-se noutra sítio, ainda que esta solução seja sentida como indigna da Eucaristia. Às vezes as hóstias consagradas que estão disponíveis são complementadas com hóstias não consagradas, com a desculpa que "afinal, ninguém sabe". Fica-se assim com a impressão que a distinção feita anteriormente é mais para evitar um conflito com a autoridade superior do que por motivos doutrinários baseados numa distinção efectiva. As soluções usadas são frágeis — e são vistas como frágeis — e consideradas como pseudo-soluções, ou soluções de emergência.

O mesmo se aplica a outras matérias relacionadas como esta distinção. O uso de orações eucarísticas oficiais, aprovadas pela autoridade eclesiástica, por exemplo, é muitas vezes abandonado na prática, sem grandes problemas de consciência. Algumas paróquias afirmam que as directrizes nesta matéria não têm sentido, e agem em conformidade. Muitas vezes, as orações compostas pelo celebrante que preside, ou pela comunidade recebem maior aprovação do que as oficiais por estarem no mesmo comprimento de onda dos assuntos que preocupam as pessoas nas suas vidas quotidianas.

Também é habitualmente proposto — e posto em prática — que se ponha de parte as palavras fixas da consagração, e se substituam por expressões mais fáceis de entender e mais de harmonia com a moderna experiência de fé. Também a este nível, as palavras e as acções propostas pela autoridade eclesial são muitas vezes sentidas como um obstáculo, resultando em que muitas pessoas, mais ou menos sub-repticiamente, escolham o seu próprio caminho. O panorama geral é caracterizado por bastantes equívocos, fruto de simples necessidade, por actividade subterrânea e resistência, com grande grau de secretismo. Parece que, nestes pontos, a igreja voltou às catacumbas, enquanto ao nível do solo, ninguém pode, ou quer, saber o que se passa lá em baixo.

Existe um nível comparável de ambiguidade na selecção e nomeação de pessoas leigas, tanto homens como mulheres, para presidir às Celebrações da Palavra e da Comunhão. Eles têm de cumprir um certo número de requisitos. Às vezes a intenção é colocá-los ao nível do padre nomeado pela diocese, e então, por exemplo, é formada uma chamada "equipa pastoral" para contornar o papel exclusivo do padre em toda esta equipa.

Um factor especial nesta situação de conflito entre a diocese e várias paróquias são os fundos da igreja. Nesta matéria têm surgido também algumas dificuldades. Alguns paroquianos

suspenderam a sua contribuição financeira para a paróquia, visto que parte desta é entregue à diocese. Por causa disto, foram estabelecidas várias fundações independentes nalgumas paróquias, com fundos exclusivamente destinados às suas necessidades pastorais e diaconais. Os paroquianos que não querem contribuir para a diocese podem oferecer o seu apoio financeiro a estas fundações. Estas têm administrações próprias, independentes da administração oficial da igreja, e nomeiam os ministros leigos, mulheres e homens, escolhidos pela comunidade, para desempenharem o seu ministério. Estruturalmente, esta posição representa uma duplicação de funções na administração da igreja, de modo a escapar ao controlo exclusivo da autoridade superior.

Por outro lado, os edificios eclesiásticos são habitualmente propriedade da diocese, e isto significa que a autoridade da igreja tem poder para impedir as celebrações nestas igrejas, ou pelo menos têm algum controlo sobre elas. Muitas paróquias sentem isto como uma forma de limitação. As paróquias estão atadas de pés e mãos, e não conseguem fazer o que desejariam; sentem-se como se estivessem a caminhar em direcção a uma parede imóvel, que torna impossível fazer coisas que estas paróquias acham que deveriam ser possíveis. A questão dos fundos da igreja força os fiéis a obedecer às regras. Eles não se sentem livres. Como resultado, procuram vias secretas para escapar a uma situação que sentem como restritiva. Assim, a igreja assemelha-se a um movimento de resistência contido, em vez de ser uma comunidade de fé que recebe a sua inspiração de cima.

Olhando para o futuro

Quando se lhes pergunta quais são as suas esperanças para o futuro, os paroquianos respondem geralmente: "desejamos poder seguir o nosso caminho". Isto não significa rebeldia sem lei, mas antes ser capaz de fazer, com responsabilidade própria e de acordo com as suas convicções de fé, igualmente genuínas, aquilo que, a um nível profundo, eles acreditam que deve ser feito.

Em primeiro lugar, isto significa que em princípio, tanto homens como mulheres podem ser escolhidos para presidir à Eucaristia pela própria comunidade eclesial — isto é, "a partir de baixo". Isto não significa que eles não desejem que esta escolha seja posteriormente confirmada, abençoada ou ordenada pela autoridade eclesial, isto é, pelo bispo local. Bem pelo contrário, esta confirmação ou ordenação é importantíssima para este ministério. Consequentemente, eles desejam um ritual em que a comunidade local possa propor ao bispo a ordenação destas pessoas — tanto homens como mulheres — que seleccionou para serem líderes da comunidade, e na qual o bispo faria essa ordenação. Nesta desejada cerimónia haveria assim uma acção combinada "a partir de baixo" e "a partir de cima": a comunidade apresenta candidatos e o bispo abençoa-os e confirma-os, na linha da tradição apostólica. Não pode certamente afirmar-se que comunidades como estas não conseguem ver a relevância da autoridade eclesial e da tradição apostólica. Pelo contrário, elas pretendem devolver a esta autoridade o seu lugar tradicional, e consequentemente conceder-lhe maior respeito do que aquele que tem agora.

Nesta linha, elas esperam de facto uma liturgia na qual as palavras da consagração pudessem

ser pronunciadas tanto por aqueles que presidem à Eucaristia como pela comunidade (onde estes presidentes têm a sua origem). Pensa-se que pronunciar estas palavras não é só prerrogativa do padre; se fosse este o caso, como evitar que estas fossem encaradas como uma forma de poder e de direito que seria quase mágico? Estas palavras constituem uma declaração de fé consciente, por parte de toda a comunidade, que empresta a sua voz à pessoa que preside à celebração.

Neste futuro esperado, a tarefa e o ministério do líder da comunidade são basicamente ("democraticamente") determinados pela comunidade eclesial. Como líder, ele ou ela é parte da comunidade, um dos fiéis surgidos do seu meio. Por outro lado, o seu ministério é simultaneamente, e por direito próprio, uma função de "ser um contraponto" à comunidade: em virtude deste ministério, ela ou ele têm de proclamar e declarar algo à comunidade na base da tradição do Livro. É assim uma dupla função: chamado pela e a partir da comunidade, esta comunidade dá-lhe mandato para proclamar o que tem de ser proclamado. Tendo a sua origem na comunidade, e permanecendo membros da comunidade, a estes líderes é dada autor-idade¹ pela comunidade, em sentido literal: ele ou ela são "autores" de algo que têm para dizer, e têm de o dizer para que esta função tenha algum sentido.

Este duplo alcance do ministério também se aplica à função de presidir à oração eucarística. A comunidade espera da pessoa que preside que faça os gestos litúrgicos, e confia-lhos. Não se pode dizer que o ministro recebe pela ordenação o poder de fazer o que outros não podem fazer. É uma forma de responsabilidade, e não de poder, que a comunidade confere ao seu ou à sua líder, de forma a que actue em benefício de todos, e em nome de todos. Os líderes na comunidade são então como que elevados acima de si próprios por um momento pela comunidade. Por um momento, eles retiram-se da comunidade, para se tornarem o corpo, a mão e a voz da comunidade. O gesto litúrgico é assim exclusivo, mas não no sentido de conferir poder, ou de ser literalmente excepcional. Não é feito "excluindo-vos", mas antes "incluindo-vos, graças a vós e em benefício de vós".

Alguns números sobre a situação presente

Para fechar esta secção apresentamos alguns números. Na Holanda o número de celebrações eucarísticas (ao fim-de-semana) caiu entre 2002 e 2004 de cerca de 2200 para 1900; o número de Celebrações da Palavra e da Comunhão subiu, durante o mesmo período, de 550 para 630. Na maioria das dioceses holandesas, o número destas Celebrações constitui metade das celebrações eucarísticas. Nas dioceses de Utrecht (165 Celebrações cada fim-de-semana em 2004) e em Breda (70), o número é muito maior. Na diocese de Den Bosch a mudança maior ocorreu em 2004: em cada fim-de-semana houve menos 95 celebrações da Eucaristia que em 2003 e mais 50 Celebrações da Palavra e da Comunhão. A diocese de Groningen/Leeuwarden bate todas as outras: o número de Eucaristias nesta região é igual ao número de Celebrações da Palavra e da Comunhão, sendo 50 em cada fim-de-semana. Na diocese de Roermond há não só o maior número de Eucaristias, 530 cada fim-de-semana em 2004, mas também, de longe, o número mais baixo de Celebrações da Palavra e da Comunhão. De acordo com o porta-voz diocesano, Bemelmans, a razão para isto é que nesta diocese há poucos trabalhadores da

¹ N. da tr. inglesa: no texto holandês a palavra é derivada de *zeggen*, dizer.

pastoral activos. "Mas é também devido à nossa política de desencorajamento. Chamamos a estas celebrações 'Eucaristias com um buraco' ". A situação na diocese de Roermond é relativamente favorável, tendo suficientes padres à sua disposição para haver uma celebração da Eucaristia em cada fim-de-semana em cada paróquia. Diz Bemelmans: "Mas também nós tivemos de fechar igrejas, cerca de vinte nos últimos dez anos. Desde há já vários anos que temos pedido às paróquias que reduzam o número de celebrações: é melhor ter uma missa a sério em cada fim-de-semana. E temos obtido padres do estrangeiro, por exemplo, da Índia e da Argentina". Apenas as dioceses de Haarlem e Utrecht conseguiram reduzir o número de celebrações alternativas em 2004, e até aumentar ligeiramente o número de Eucaristias. "Estamos firmemente determinados a reduzir mesmo mais o número de Celebrações da Palavra e da Comunhão", diz Wim Peeters, porta-voz da diocese de Haarlem.

A discrepância cada vez maior entre as bases da Igreja e a política da autoridade eclesiástica não podia estar mais claramente formulada do que nestes números. Há uma diferença notável entre, por um lado, uma visão rígida relativamente à Igreja, às celebrações litúrgicas e ao ministério, e por outro, as visões e práticas divergentes que são praticadas no campo pastoral, em muitos lugares. A informação dada regularmente sobre estes assuntos em jornais, periódicos, televisão e a que foi obtida pelo trabalho que esta comissão já realizou não deixa lugar a dúvidas neste ponto.

Por forma a avaliar esta situação, e conseqüentemente, daí tirar conclusões, parece necessário manter em vista a ligação entre os vários problemas que indicámos. Para isso, precisamos primeiro de chamar a atenção sobre o que significa "Igreja" sob vários pontos de vista.

2. O que é Igreja?

Um movimento que tende a ser esquecido

A divisão com que agora somos confrontados tão dolorosamente, vem do tempo do Concílio Vaticano II (1962-1965), apesar das posições de oposição terem tido a sua origem bastante mais cedo. Porém, no Concílio, esta oposição que já há muito estava latente, mostrou-se ao "mais alto" nível. Um sereno especialista flamengo que seguiu o Concílio de perto fez esta observação já em 1967. Na sua opinião havia duas correntes divergentes, sendo que "uma delas queria continuar nas vias clássicas do século anterior,² enquanto as outras correntes mostravam grande abertura em relação aos desenvolvimentos teológicos actuais." (Msgr. G. Philips, *De dogmatische constitutie over de kerk*, Antwerp 1967, p. 12).

Uma primeira diferença muito importante entre pontos de vista sobre a Igreja veio a lume rapidamente, após o Concílio. Após uma consulta intensa, os bispos aí presentes decidiram mudar a ordem proposta para os capítulos do documento sobre a Igreja.³ O objectivo desta mudança era poder inserir um novo capítulo, intitulado "O Povo de Deus". Só após este capítulo se trataria explicitamente da hierarquia (papa e bispos).

Para desagrado dos participantes no Concílio que tinham um ponto de vista "clássico", esta inserção foi aceite, com base em argumentos breves mas poderosos. Foi dito que "As próprias pessoas e a salvação das pessoas" eram o objectivo da comunidade eclesial. No seguimento desta decisão, passou a ser afirmado (no relatório da comissão oficial) que "a hierarquia é uma meio dirigido à obtenção deste fim". Portanto, a hierarquia, estritamente falando, era considerada como sendo de importância secundária. A discussão sobre este ponto foi acesa, como se esperava, pois esta visão tinha consequências profundas. E precisamente por causa destas consequências, esta acção do Concílio foi relegada para os bastidores nos anos após a sua conclusão. Após o Concílio, os órgãos principais da organização central da Igreja não sentiram necessidade de uma nova imagem da Igreja. A mudança da constituição da Igreja tornou-se uma "manobra esquecida".

No entanto, a esperança que esta perspectiva fez nascer em várias pessoas nunca desapareceu completamente. Tinha-se tornado claro que a Igreja não é primariamente uma organização hierárquica, organizada de cima para baixo, a partir do papa e dos bispos. Antes, a Igreja é o povo de Deus como um todo em peregrinação através dos tempos. Neste povo encontramos a acção de um grande número de dons do Espírito. Foi reconhecendo e acolhendo estes dons que uma comunidade orgânica de fé se formou, ao longo dos anos. Originalmente, a substância e os nomes destes dons do Espírito eram variados, nas variadas regiões onde o Evangelho era aceite. De acordo com as necessidades locais duma comunidade, o quadro das funções ministeriais também variava.

² Ou seja, o século XIX (n. da tr. portuguesa)

³ A constituição *Sacrosantum Concilium* (n. da tr. portuguesa)

Liderança na comunidade

Um dos dons que habitualmente se manifestava nas comunidades era a liderança. Geralmente o fundador de uma comunidade adquiria naturalmente esta função. Mas no período posterior à morte do fundador, era habitual a comunidade, como um todo, ter a última palavra. Em última análise, era a comunidade que tinha que ajuizar sobre o que era útil para a sua edificação (1 Cor. 12, 7.10; 14, 3–5.12. 32; cf. J. Tigcheler, 'Bouwen op het fundament van apostelen en profeten', in: *Speling* 57 [2005], nr. 4, p. 18).

Ao longo do tempo, o serviço de liderança foi dividido em várias funções, e chamado por diversos nomes. Para além dos apóstolos e profetas, apareceram também evangelistas, pastores e professores ao serviço da comunidade (Ef. 4, 11). Nas comunidades paulinas mais tardias, diáconos, supervisores ("episkopoi") e um conselho de anciãos ("presbyteroi") também tinham a sua função (1 Tim. 3.1.8; 4, 14). A cedência da liderança tornou-se mais institucionalizada: o líder que era escolhido recebia a graça através de "palavras proféticas" proferidas pelo conselho de presbíteros durante a "imposição das mãos".

A passagem ritual da liderança e da presidência da liturgia era chamada, na antiguidade, um "sacramento". Originalmente, este termo era usado para indicar vários usos, dentro da comunidade eclesial. Sto. Agostinho fê-lo com grande convicção. Se os fiéis confirmassem as orações com "amen", ele até a isto chamava um "sacramento". Ele fazia-o por estar firmemente convencido que toda a actividade dentro da comunidade eclesial era de certo modo sacramental, por representar a realidade sagrada em sinais e acções visíveis. Só séculos mais tarde é que a palavra "sacramento" passou a ser reservada para os sete sacramentos que hoje conhecemos.

A Igreja como pirâmide

Ao longo da história da Igreja, o ponto de vista sobre a liderança na Igreja foi mudando. O ponto de vista predominante ("estrito") considera o sacerdócio como parte de uma pirâmide. O topo desta pirâmide, isto é, os níveis mais altos da hierarquia, chega ao próprio céu e portanto participa na vida divina a um nível máximo. Deste topo sobrenatural a vida flui para baixo através da mediação sacramental e sacerdotal, para as regiões mais baixas da Igreja, e finalmente chega à base da pirâmide, isto é, aos leigos. Os sacramentos são essencialmente "instrumentos de graça", que são apenas eficientes se forem administrados por ministros ordenados. Ao longo dos séculos esta visão da Igreja foi estruturada num elaborado sistema judicial, mais tarde registado num código de direito canónico.

Neste modelo, um padre é "ordenado" na sua nomeação. Isto significa que ele adquire o cargo porque toda a sua pessoa e essência são santificadas. Pela ordenação, ele é admitido neste domínio especial do sagrado e do sobrenatural, que o leva além do domínio do natural e do profano. Assim, ele é também o único que tem o poder de realizar acções sacramentais "válidas" (isto é: reconhecidas por lei). Deste modo, surge uma distinção "essencial" entre as pessoas leigas e o ministro, que é indelével. É claro que deste ponto de vista, não pode existir sacerdócio em "part-time". A pessoa torna-se "essencialmente" um padre, dos pés à cabeça, de manhã à noite, "in aeternum".

Um modelo diferente: a Igreja como corpo

Ao inserir um capítulo novo na constituição, saída do Vaticano II, sobre a Igreja, surgiu mais claramente um modelo diferente de Igreja: menos rigidamente hierárquica, mais orgânica e dirigida à comunidade como um todo. Este ponto de vista está de acordo com a imagem paulina da Igreja como corpo. Esta mudança também possibilitou uma visão diferente da função de liderança na comunidade. Nos primeiros tempos da Igreja, a nomeação de um líder, em várias comunidades, não implicava uma ordenação no sentido de uma "consagração",⁴ mas antes o conferir de um lugar, ou de uma "ordem" num corpo, dentre as suas várias funções. Deste modo, o líder de uma comunidade não era transferido para uma ordem diferente do ser, mas nomeado e aceite pela comunidade para uma função específica. Um tal ministro poderia, como Paulo, exercer uma profissão fora da Igreja (cf. 1 Cor. 4, 12; Act. 18, 3–4; 20, 34). De acordo com este ponto de vista, não é evidente que um certo grupo de pessoas seja excluído a priori destas funções, por possuírem um "ser" impuro, ou demasiado mundano. O apóstolo Pedro recebeu uma função crucial, mesmo sendo casado, e na Igreja primitiva existiam também "diaconisas". Na visão hierárquica da Igreja e do seu ministério, que ainda se mantém, os padres ordenados funcionam como uma "charneira" na mediação da graça, função essa que é inatacável e sem concorrência a partir de dentro: o ministério ordenado define a Igreja, que na sua ausência não pode funcionar. No modelo "orgânico" da Igreja, a situação é diferente: a comunidade de fiéis decide que variedade de ministérios é necessária aqui e agora. No entanto, enquanto for a ameaça de concorrência a determinar a visão da Igreja e do ministério, não haverá lugar para uma relação orgânica, em que vários ministros possam colaborar.

De facto, é completamente claro que, enquanto o modelo hierárquico de Igreja for predominante, não haverá lugar para aqueles que chamamos "trabalhadores pastorais". Vistos a partir da "Igreja como pirâmide", eles apenas podem ser vistos com suspeita, por medo que, para além do "clero validamente ordenado", surja um "clero paralelo".

Não uma ameaça, mas um desafio

A situação que a presente autoridade eclesial vê ainda como uma ameaça, é de facto uma verdadeira bênção para pessoas leigas activas, em muitas comunidades eclesiais locais. Isto representa também um desafio, pois à medida que estas tomam consciência, cada vez mais, que estão a recuperar uma velha tradição da Igreja, devolvida à sua antiga importância pelo Concílio Vaticano II, tornam-se capazes de funcionar de uma forma menos inibida. A sua própria criatividade na fé ganha inspiração pelo encorajamento que recebe. O aberto reconhecimento por parte de outros membros da comunidade tornará mais simples os esforços em direcção a uma relação mútua simples e cândida, que ainda observamos nos nossos dias.

⁴ Nas línguas germânicas este é o termo usado para a ordenação de um padre (n. da tr. inglesa)

3. A Eucaristia

A celebração da "Eucaristia" é rica em significado. A própria palavra significa "acção de graças": na Eucaristia exprimimos a nossa gratidão pela criação, pela nossa vida, pela narrativa libertadora de Israel e de Jesus. Simultaneamente, pedimos a Deus que o seu poder criador e libertador nos continue a dar força e inspiração, que nos dê asas e permita que o mundo inteiro dele beneficie. A Eucaristia consiste numa mistura de oração e actividade, na partilha do pão e do vinho. As orações podem tomar várias formas, nos primeiros tempos havia várias versões das palavras da consagração. Não são palavras mágicas, e podem, como mostram alguns textos antigos, até estar ausentes.

Um Sacramento

A Eucaristia é chamada um "sacramento", um termo latino que significa "algo que dá uma garantia". No exército romano, o juramento militar de lealdade era chamado um "sacramentum". O termo foi adoptado pela Igreja de língua latina no ocidente, e usada para indicar várias acções na Igreja, entre as quais a celebração da Eucaristia. Para se referir ao seu significado, a igreja oriental, de língua grega, tem uma palavra preferível: *mysterion*, "algo que estava escondido e se manifestou".

Se queremos compreender a Eucaristia, temos de começar por olhar para o que fazemos quando a celebramos; esta forma de acção de graças tem o aspecto de uma refeição comum (ritual), e as orações indicam como é uma forma especial de refeição. Não se trata de uma refeição elaborada, mas concentrada à volta de um gesto que "simboliza" ("juntamos as coisas", que em grego se diz *symballein*) ou concentra o que é fundamental nesta refeição particular. Nas línguas modernas, as palavras "sacramento" e "símbolo" acabaram por se tornar muito distantes uma da outra.

Partilha

A Eucaristia não é algo que "possuímos". Na partilha de pão e vinho, a comunidade reconhece o que é relevante na Tora — a tradição judaica — e como isto tomou forma em Jesus. A partilha constitui o centro desta refeição comum. Na celebração da Eucaristia, exprimimos a nossa confiança, representamos e celebramos a nossa convicção de que, no seu nível mais profundo, a vida é partilha. Exprimimos, perante nós próprios e perante a comunidade, a nossa convicção de que Deus deseja partilhar-se e comunicar-se a si mesmo conosco, que nos aceita incondicionalmente e que, imitando a Deus, queremos partilhar e comunicar o nosso próprio ser.

Isto foi feito em primeiro lugar, como exemplo, na vida e na actividade de Jesus de Nazaré, que partilhou a sua própria vida até à sua morte na cruz. Esta forma de partilha ilimitada é libertadora: liberta-nos de laços que nos prendem, do mal, de erros que cometemos, de "pecados", de um passado opressivo. Promete-nos que no futuro, por incerto que seja, podemos sempre confiar no Deus que é amor.

Presença

Na partilha comum do pão e do vinho, ao fazer o que Jesus fez, ele permanece no meio de nós. O pão que é partido é uma referência explícita à vida e morte de Jesus; o vinho aponta para a sua força vital, a sua solidez mental e espiritual, o seu sangue. Na Bíblia, o sangue significa fonte de vida.

Na celebração da Eucaristia, todo o mundo é colocado na mesa. O trabalho, a violência entre homens e mulheres, com origem tanto em indivíduos como em grupos, a falta de alimentos, geralmente como fruto de relações económicas injustas, o meio ambiente envenenado, o desejo que cada pessoa tem de ser vista e tida em conta, tudo isto é colocado na mesa, mesmo quando não é explicitamente mencionado.

A história do povo judeu, com o seu êxodo da "casa da escravidão", a longa caminhada no deserto e os clamores por comida e bebida, o exílio e o regresso à terra prometida, e também o holocausto, tudo está sobre a mesa; e também a história da vida do judeu Jesus, a sua morte e ressurreição, e a história de todos os que o tentaram seguir, nos seus bons e maus momentos. O facto de as pessoas continuarem a celebrar a Eucaristia é um sinal que mantém a sua esperança de que chegará um tempo em que será feita justiça a cada pessoa.

Uma refeição para enfrentar o caminho

A Eucaristia junta as pessoas à volta de Jesus, uma vítima que recusou fazer dos outros vítimas. A Eucaristia é uma refeição para enfrentar o caminho, durante a nossa vida. Não é a conclusão da unificação de todas as pessoas, ou de todos os cristãos, o momento em que Deus será tudo em todos. Ainda estamos a caminho. Pessoas de todos os tipos e condições podem juntar-se na Eucaristia, se partilharem do significado do seu ritual. É uma mesa que está também aberta a pessoas de diferentes condições religiosas. É na celebração e através da celebração que nos tornamos uma comunidade. Esta celebração comum antecipa aquilo que a Bíblia chama o "Reino de Deus" e "os novos céus e nova terra, em que Deus será tudo em todos".

A Eucaristia como sacrifício

Demo-nos conta que a interpretação e o apreço da Eucaristia que têm muitos católicos na Holanda diferem do ponto de vista da autoridade eclesiástica de Roma. A ênfase que damos ao seu carácter de refeição comum (ritual) é vista como uma ameaça pelos líderes da Igreja. Um exemplo típico deste ponto de vista é a Instrução *Redemptoris Sacramentum*, que o cardeal Francis Arinze, presidente da Congregação para a Liturgia, publicou em 25 de Março de 2004, em colaboração estreita com a Congregação para a Doutrina da Fé, então chefiada pelo cardeal Joseph Ratzinger, que se tornou o papa Bento XVI a 19 de Abril de 2005.

O número 38 desta Instrução diz o seguinte: "A doutrina constante da Igreja sobre a natureza da Eucaristia, não só de convivência mas sim também, e sobretudo, como Sacrifício, deve ser

rectamente considerada como uma das chaves principais para a plena participação de todos os fiéis em tão grande Sacramento. Privado de seu valor sacrificial, vive-se como se não tivera outro significado e valor que o de um encontro de convivência fraternal".

As regras contidas nesta instrução têm como objectivo excluir tanto quanto possível os elementos que possam sugerir que a Eucaristia tem a forma de uma refeição comum. O que é que constitui "sacrifício" na Eucaristia permanece pouco claro nesta instrução. O nosso ponto de vista é que a entrega de Jesus, na sua vida e na sua morte, pode ser vista como um sacrifício. Isto é aquilo que nós descrevemos como "partilha" e entrega de si mesmo.

A preferência da instituição pelo termo "sacrifício" está ligada à ênfase unilateral dada ao carácter "vertical" da Eucaristia. Isto pressupõe uma imagem tirada da filosofia do mundo antigo: tudo aquilo que é "bom" desce, em vários graus, de cima para baixo, neste caso através do padre, enquanto representante de Jesus, até chegar aos fiéis. Os fiéis respondem a este movimento descendente através de um movimento ascendente, também em vários graus, através do padre, o que é chamado "sacrifício".

A escolha desta imagem torna mais simples a defesa de um ministério em que a liderança da comunidade é considerada como sendo um "serviço", mas em que aqueles que prestam este serviço são de facto colocados a um nível mais elevado que os outros fiéis, e deste modo têm controlo sobre eles. Apesar de, em teoria, a Eucaristia ser o centro da liturgia da Igreja, a sua celebração está de facto dependente da pessoa que a preside, o que torna a ordenação o sacramento mais importante.

Do nosso ponto de vista, a Eucaristia é a partilha de pão e vinho por irmãos e irmãs, com Jesus no meio de nós.

4. Ministros na Igreja

A função de liderança é de grande importância para as comunidades eclesiais, uma vez que é um canal que mantém viva a narrativa de Jesus. Assim, a comunidade de fiéis tem o direito a ter a assistência de funcionários que a consigam manter a funcionar, e mantenham a sua inspiração enquanto testemunha do Evangelho com que se identifica. Do mesmo modo, a comunidade tem o direito a celebrar a Eucaristia como um sacramento de solidariedade e união com Jesus, e entre os seus membros.

Da perspectiva da Bíblia e da teologia, não se pode falar de uma forma de ministério na Igreja como a única possível ou legítima. A reflexão feita sobre a história da Igreja não fornece assim respostas prontas aos problemas contemporâneos relativos ao ministério, mas sugerem alternativas que merecem alguma reflexão.

Várias fases da história

Durante o primeiro milénio, em particular, a forma do ministério na Igreja variou consideravelmente, paralelamente aos vários padrões culturais e desenvolvimentos feitos na Palestina, Ásia Menor, Grécia, Roma e Egipto.

Na Igreja primitiva todos os membros das comunidades eclesiais eram iguais, com base no seu baptismo comum: "Pois todos vocês, que foram baptizados em Cristo, revestiram-se de Cristo. Não há mais diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois todos vocês são um só em Jesus Cristo." (Gal 3, 27ss). Cada pessoa baptizada, com os seus próprios dons e talentos ("carismas") está ao serviço da comunidade de membros em igualdade.

Na vida comunitária muito variada da Igreja primitiva havia, evidentemente, membros particulares que iniciavam e dirigiam as actividades missionárias, catequéticas, proféticas, litúrgicas, e todas as outras, nas quais os cristãos edificavam as suas comunidades, através da sua fé, em responsabilidade comum. A função da liderança era sentida como necessária para a construção da Igreja em continuidade com a tradição dos apóstolos, por forma a salvaguardar a sua herança, nomeadamente o Evangelho. As próprias comunidades escolhiam e "chamavam" os seus líderes no seu meio com base nas suas qualificações pessoais enquanto líderes. O papa Leão Magno (440-461) afirmava: "Aquele que tem de liderar a todos, deve ser escolhido por todos". Na Igreja primitiva tais líderes tinham um lugar especial (eram "ordenados") na organização dos ministérios e actividades da comunidade. Como resultado, era natural que também presidissem às celebrações da Eucaristia.

Depois da primeira geração de seguidores de Jesus, as celebrações, nas várias comunidades, foram-se gradualmente tornando mais regulamentadas, de acordo com padrões mais uniformes. Simultaneamente, sentia-se a necessidade de acompanhar a instituição dos líderes da comunidade com uma cerimónia litúrgica. Nestas celebrações, a imposição das mãos por líderes de comunidades vizinhas exprimia criativamente a colegialidade entre as comunidades eclesiais locais.

Eucaristia e Celibato

Nos primeiros dez séculos, nem a Igreja Oriental nem a Ocidental tinham qualquer intenção de tornar o celibato (a condição de não ser casado) um requisito para serem líderes na Igreja. Tanto pessoas casadas como solteiras eram acolhidas a desempenhar este papel. No fim do século IV, o direito canónico — de acordo com os pressupostos culturais da época — adoptou uma regra de continência (sexual) como lei litúrgica: as relações sexuais eram proibidas na noite anterior à comunhão eucarística, algo que já estava em prática há algum tempo. Quando, no final do séc. IV, se tornou habitual na Igreja Ocidental celebrar a Eucaristia diariamente, isto passou a implicar uma continência sexual permanente para os padres casados. Neste momento a Igreja Ocidental estabeleceu de facto a continência como uma lei permanente.

Depois do Cristianismo se ter tornado, no século IV, a religião oficial, em vez de ser uma religião perseguida, os membros do seu clero receberam o estatuto de "funcionários", e começaram a agir cada vez mais nesta qualidade. A função que foi inicialmente entendida como uma forma de serviço, passou a ser entendida em termos de poder e autoridade: o poder da ordenação e da jurisdição. O serviço da liderança tornou-se o poder de um funcionário. A questão "quem pode tornar-se líder na Igreja?" tornou-se "quem tem autorização para ser um líder?". Instalou-se um processo de clericalização. Os fiéis — a partir de agora: "os leigos" — deixaram de ser sujeitos da fé, inspirados pelo Espírito, para passarem a ser objectos de cuidado pastoral sacerdotal. O sacerdócio estreitou as suas funções à presidência da Eucaristia, e a comunidade de fiéis passou a ser uma congregação celebrante da liturgia.

No Segundo Concílio de Latrão, em 1139, a lei da continência que estava em vigor desde o século IV para os padres foi substituída pela lei do celibato sacerdotal. Esta lei do celibato tinha a intenção de ser um instrumento drástico para finalmente assegurar que a lei da continência, cuja observância tinha tido apenas um sucesso relativo apesar das sanções e das penalidades económicas, seria finalmente adoptada eficazmente. Desde então o sacerdócio é um "impedimento dirimente" para o casamento; o Código de Direito Canónico chama à ordenação um impedimento dirimente (can. 1087), apenas pessoas não casadas podem tornar-se padres, e apenas homens celibatários não casados podem presidir à Eucaristia. Em 1215, o Quarto Concílio de Latrão afirma explicitamente que apenas padres validamente ordenados podem pronunciar validamente as "palavras da consagração".

Desde o século XVII, o sacerdócio de Jesus deixou de estar baseado na sua humanidade, para se basear na sua divindade. Isto significa que, desde essa altura, os padres na Igreja partilham do poder divino. Os padres já não recebem uma função (já não são "ordenados") pela comunidade de fé de modo a continuarem e manterem-se na narrativa e na imitação de Jesus, mas são antes "consagrados" pelo bispo para poderem celebrar a Eucaristia. A Igreja torna-se uma sociedade hierárquica, uma Igreja a partir de cima, como uma pirâmide, com o topo no céu, a partir do qual a graça de Deus flui para baixo amplamente — como já explicámos mais longamente na secção "O que é Igreja?".

O Concílio Vaticano II mudou fundamentalmente esta visão da Igreja. Após uma extensa e penetrante discussão, decidiu que um capítulo sobre o povo de Deus havia de preceder o capítulo sobre a hierarquia da Igreja, na constituição sobre a Igreja. Após esta mudança, afirma-se que a hierarquia está ao serviço do povo de Deus. Assim, a pirâmide está de cabeça para baixo.

Como continuar?

Quando há uma mudança na imagem predominante da humanidade e do mundo, quando há mudanças sócio-económicas e se manifesta uma nova consciência sócio-cultural, a ordem eclesiástica, tal como ela se desenvolveu historicamente, pode de facto contradizer e bloquear elementos que outrora pretendeu salvaguardar: a construção de uma comunidade cristã. Podemos perguntar se, e até que ponto, certas formas e regras que faziam sentido e eram relevantes — e portanto realistas — em tempos passados, são ainda sensatas e realistas nos nossos tempos, ou se são antes contraproducentes.

Ao dizer isto, referimo-nos especificamente ao canon que proíbe homens não celibatários de serem investidos de liderança plena, e à lei que exclui mulheres do cargo da liderança. Historicamente, o que está na origem de ambas estas leis é uma obsoleta filosofia da humanidade, e uma visão antiquada da sexualidade. Estas leis são eclesiásticas, e portanto humanas e não são leis divinas.

No seu discurso de abertura no Concílio Vaticano II, o papa João XXIII apelou a que a Igreja abrisse as suas janelas ao mundo. Uma igreja que deseje estar actualizada deveria ter a coragem e a liberdade de abolir leis que asfixiam a vitalidade das comunidades eclesiais e a celebração da Eucaristia em muitos lugares. Muitas vezes, no passado, as práticas "ilegais" das bases conseguiram convencer a autoridade eclesiástica que a mudança da legislação existente é algo sensato e significativo. As novas experiências podem ser valiosos exemplos de uma mudança na forma da Igreja, que a ajuste melhor aos nossos tempos. Pode dizer-se que na nossa sociedade ocidental, as pessoas não casadas são, só por causa disso, mais adequadas para serem líderes de comunidades de fé do que as pessoas casadas? E que no nosso padrão cultural ocidental, os homens são, apenas por serem homens, mais adequados para liderar e inspirar uma comunidade do que as mulheres? A nossa resposta e a de muitos fiéis a ambas as questões é um inequívoco "não".

A presente falta de padres é francamente ultrapassável e portanto não é de facto um problema real. Em muitas paróquias contemporâneas, homens e mulheres estão activos de um modo estimulante e acolhedor, como pessoas que fundam e inspiram comunidades dum modo ajustado ao nosso tempo, como cristãos com quem as pessoas se podem identificar. Muitos membros destas comunidades não hesitariam em "ordenar" estas pessoas como seus líderes e ministros oficiais, para presidirem às suas celebrações litúrgicas. Para desempenhar tal função, pensamos primeiro em todos os trabalhadores pastorais, homens e mulheres, oficialmente nomeados, mas também nos numerosos voluntários. Estes homens e mulheres estão no coração das suas comunidades locais, por vezes mais do que os padres ordenados. Estes padres são nomeados, por vezes para mais de uma paróquia, para presidir às celebrações

sacramentais, principalmente à Eucaristia. Inevitavelmente, e para sua frustração e desencorajamento, eles tornam-se cada vez mais distantes e estranhos em relação aos fiéis para quem eles celebram.

Critérios para a Escolha de Líderes na Igreja

Que critérios devem ser usados para escolher os líderes das comunidades?

— Aqueles que presidem a celebrações locais devem ser membros inspirados da comunidade em questão. É irrelevante serem homens ou mulheres, homo- ou heterossexuais, casados ou não. O que é essencial é se a sua atitude de fé é ou não inspiradora e estimulante.

— Também devem ter alguma instrução, isto é, saber como usar as escrituras e o material das tradições cristãs, para saberem pregar.

— Devem dar lugar a que a comunidade local possa exercer a sua criatividade litúrgica.

— É também importante que tenham capacidade para serem flexíveis a nível de organização, tendo em vista dar continuidade às iniciativas da comunidade.

Um Apelo Urgente

Apelamos com alguma ênfase às nossas comunidades de fé e às paróquias para se darem conta do que está em jogo na presente situação de emergência de falta de padres ordenados celibatários e para tomarem — e terem licença para tomar — a liberdade necessária, teologicamente justificada, para escolher o seu líder ou equipa de líderes a partir do seu seio.

Com base na prioridade do "povo de Deus" sobre a hierarquia — afirmada explicitamente pelo Concílio Vaticano II — pode esperar-se que um bispo diocesano confirme uma tal escolha após uma consulta devida, pela imposição das mãos. Se um bispo recusar tal confirmação ou "ordenação" com base em argumentos que não se refiram à essência da Eucaristia, tal como o celibato obrigatório, as paróquias podem estar seguras que estão habilitadas a celebrar uma Eucaristia verdadeira e genuína, sempre que se juntarem em oração e partilharem pão e vinho.

Apelamos assim às paróquias para agirem deste modo com grande auto-confiança e coragem. Esperamos que, estimulados também por uma prática relativamente recente, os bispos possam, no futuro, fazer jus ao seu compromisso de serviço, e confirmar os líderes das comunidades nos seus cargos.

Em conclusão, gostaríamos de reafirmar mais uma vez que a nossa argumentação é baseada em declarações do Concílio Vaticano II e em publicações de teólogos profissionais e especialistas pastorais que surgiram depois do Concílio. Apresentamos uma selecção destes documentos a seguir.

O pastor suíço Kurt Marti, que se tornou conhecido pelas suas afirmações penetrantes, espirituosas e muito verdadeiras, escreveu um dia:

Onde é que isto vai parar

Se toda a gente diz "Onde é que isto vai parar?"

e ninguém tenta descobrir

Onde é que isto iria parar se andássemos para a frente?

Literatura Consultada para este Relatório

- Centro Agostiniano 'de Boskapel', Nijmegen: Resultaten t.b.v. Veldonderzoek Basisgemeenschappen/Organisaties [Results Enquiry Grassroots communities/organizations], Fevereiro, 2005.
- Grupo de Consulta 'Geloven en Kerkelijke Gemeenschap' do Conselho das Igrejas na Holanda: Gespreksnotitie over het Ambt in de oecumenische discussie [Relatório sobre o ministério eclesial na discussão ecuménica], Amersfoort, Fevereiro, 2005.
- Concilium 1969, vol. 43: "The Identity of the Priest", esp. a contribuição de W. Kasper sobre o fundamento mais eclesiológico do que cristológico do serviço na Igreja (pp. 20-33, especialmente 22-27).
- Concilium 1972, vol. 80: "Office and Ministry in the Church", especialmente A. Lemaire, "From Services to Ministries: Church ministry in the first two centuries" (pp. 35-49); P. Kearny, "New Testament Incentives for a Different Ecclesial Order" (esp. pp. 61-63 para aplicação à situação presente); e P. Fransen, "Some Aspects of the Dogmatization of Office" (pp. 97-106).
- Concilium 1980, vol. 133, "The Right of a Community to a Priest" contém, entre outras coisas, relatórios de experiências feitas em vários países, e um artigo conclusivo por Edward Schillebeeckx O.P., "The Christian Community and its Office-Bearers", 95-133.
- FitzPatrick P.J., "In Breaking the Bread: The Eucharist and Ritual". Cambridge 1993.
- Kerk aan de stadsrand [A Igreja na periferia das cidades, colecção de ensaios]. Bundel bij het afscheid van Theo van Grunsven in Dukenburg, Nijmegen 2004.
- Philips, Mgr. G., De dogmatische constitutie over de kerk [A Constituição Dogmática sobre a Igreja], Antwerpen 1967.
- Pohl-Patalans, U., Von der Ortskirche zu kirchlichen Orten, Göttingen, 2004 (cf. Tijdschrift voor Theologie, 2005, nr. 3, 327).
- Priester für heute: Antworten auf das Schreiben Papst Johannes Pauls II an die Priester, München 1980, esp. Peter Eicher, 'Priester und Laien – im Wesen verschieden? Zum lehramtlichen Ansatz der notwendigen Kirchen Reform' (34-50).
- Schillebeeckx o.p., Edward, Ambt in dienst van gemeenteviering. In: Basis en Ambt, Bloemendaal 1979, 43-90 (esp. 78-88) [integrada na próxima publicação].
- Id., Ministry: A Case for Change / Ministry: Leadership in the Community of Jesus Christ, London/New York 1981, esp. pp. 88-96 (of orig. Dutch ed.).
- Id., The Church with a Human Face: A New and Expanded Theology of Ministry, New York 1985.
- Id., Theologisch testament, Baarn 1994, vooral 115-117.
- Schüssler Fiorenza, Elisabeth, In Memory of Her: A Feminist Theological Reconstruction of Christian Origins, New York 1983.
- Tigcheler, J., Bouwen op het fundament van apostelen en profeten [Construindo sobre a Fundação dos Apóstolos e dos Profetas]. In: Speling 57, 2005, nr. 4, 15-24.
- Willems o.p., Ad, Kerkelijke gemeenschap en kerkelijke leiding in de Concilieconstitutie over de kerk [Comunidade Eclesial e Administração da Igreja de Acordo com a Constituição Lumen Gentium]. In: Tijdschrift voor Theologie 6 (1966), 51-59.

- Id., Moeten voorgangers ‘priester’ zijn? [Devem os ministros ser sempre "padres"?] In: Kosmos en Oekumene, nr.4/5, 1977, 103-108.
- Id., Leiden tot leven: Sacramentaliteit van wijding en aanstelling [A Sacramentalidade da Ordenação e da Nomeação]. In: Kerugma, 38, 1995, nr.4, 2-12.